

PRIORIDADES PARA A ACÇÃO SINDICAL – 11º CONGRESSO USL-CGTP-IN

A luta desenvolvida pelos trabalhadores ao longo da última legislatura, foi decisiva para derrotar a maioria absoluta parlamentar de PSD/CDS e determinante para reduzir significativamente a sua base política, social e eleitoral.

A nova correlação de forças na Assembleia da República, potencia melhores condições para responder aos inúmeros problemas e desafios com que os trabalhadores e o povo estão confrontados e proporciona uma situação mais favorável para dar continuidade à luta pela afirmação dos direitos e valores de Abril.

A mudança de política que se exige é indissociável da ruptura com a política de direita e da rejeição das denominadas “reformas estruturais”, responsáveis pela desregulamentação das relações de trabalho e a degradação da situação social do país. Assumindo a necessidade urgente de dar combate ao desemprego, pôr termo à precariedade, aos baixos salários, ao aumento e desregulamentação dos horários e à brutal transferência dos rendimentos do trabalho para o capital.

No quadro actual, impõe-se uma nova política que ponha de lado as regras da “governação económica” que ameaçam a nossa soberania e o nosso futuro, pois retiram ao Estado os meios financeiros necessários ao desenvolvimento e ao crescimento e remetem o país para uma situação cada vez mais periférica. Uma política de esquerda e soberana que, respondendo ao sentido de voto maioritário do eleitorado valorize o trabalho e os trabalhadores, promova uma justa distribuição da riqueza, a criação de emprego com direitos, aposte na produção nacional, defenda os serviços públicos e as funções sociais do Estado, afirme Portugal como país independente, desenvolvido e soberano.

Assim, o 11º Congresso da USL, tendo por base o seu lema e objectivos centrais, assente no compromisso e em articulação com toda a estrutura sindical do Distrito, identificada com o projecto sindical da CGTP-IN, com a sua natureza de classe e com os seus princípios de sindicalismo de massas, de democracia, de independência, de unidade e solidariedade, assente no reforço da organização, da unidade e da luta dos trabalhadores **assume como prioridades para a acção sindical:**

1- FORTALECER E DINAMIZAR A ACÇÃO E A LUTA REIVINDICATIVA

Neste sentido, propõe-se: Elaborar um plano de trabalho com o envolvimento dos sindicatos do Distrito, que considerando as suas diferentes realidades e a sua autonomia, possa definir um conjunto de medidas que, integradas numa acção conjunta, articulando meios e recursos existentes, potenciem e dinamizem a acção e a luta reivindicativa na região em mais empresas, mais locais de trabalho e envolvendo mais trabalhadores, **tendo como principais objectivos reivindicativos:**

VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

PELO EMPREGO COM DIREITOS, COMBATER A PRECARIIDADE E O DESEMPREGO

- Por uma política que assegure a **criação de postos de trabalho** e o **pleno emprego** de acordo com a Constituição da República Portuguesa.
- O **combate à precariedade do emprego**, implica uma estratégia concertada pelo MSU que se traduzirá na Campanha prevista pela CGTP-IN e na intervenção para assegurar a passagem a



efectivos dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho de natureza permanente e impedir a contratação de trabalhadores a termo ou através de agências de trabalho temporário.

- Exigir a **alteração do Código de Trabalho** nas matérias relativas aos despedimentos e às indemnizações por despedimentos de forma a garantir o cumprimento da norma constitucional sobre a segurança no emprego.
- Pelo direito à **protecção social no desemprego**.

PELA MELHORIA DOS SALÁRIOS

- Assumir como prioridade, o **aumento real dos salários**, para uma mais justa distribuição do rendimento nacional, para o desenvolvimento e progresso do país;
- O **aumento do salário mínimo nacional** para 600 euros, no início de 2016 e a sua evolução progressiva, com actualização a 1 de Janeiro de cada ano;
- O **fim do congelamento salarial na Administração Pública** e a reposição imediata de todos os salários cortados, bem como o descongelamento das progressões.

PELA REDUÇÃO DOS HORÁRIOS DE TRABALHO, COMBATER A DESREGULAÇÃO

- A **reposição do horário de 35 horas semanais** para todos os trabalhadores da Administração Pública, bem como a redução progressiva dos horários superiores, sem diminuição de salário para os restantes sectores de actividade;
- O **combate à desregulação do horário de trabalho**, fazendo respeitar os horários consagrados nas convenções colectivas, bem como revogar todas as medidas que visam aumentar o tempo de trabalho, pela via da eliminação de dias de férias e dias feriados, ou pela instituição de sistemas de bancos de horas e de adaptabilidade.

PELA DEFESA E EFECTIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

- A **revogação das normas gravosas do Código do Trabalho**. Defendendo a aplicação das normas constantes de convenções colectivas de trabalho que reponham o princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores.
- A **reposição dos dias de férias e dos feriados** roubados;
- O exercício **dos direitos legais e contratuais**, exigindo a adopção de medidas e a dotação de meios que melhorem o funcionamento da ACT e dos Tribunais de Trabalho.

ASSEGURAR O DIREITO DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA

- A **efectivação do direito de contratação colectiva** consagrado na Constituição, o que passa por revogar as normas do Código do Trabalho no que concerne à caducidade dos contratos colectivos e a reposição do princípio da renovação automática.
- O **desbloqueamento da contratação colectiva**, tanto no sector privado como no público e a publicação de portarias de extensão das convenções colectivas, cuja larga maioria foi suspensa desde meados de 2011.

VALORIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POR SERVIÇOS PÚBLICOS UNIVERSAIS E DE QUALIDADE

- Pela **melhoria dos serviços da Administração Pública Central, Regional e Local**, o que passa pela defesa dos postos de trabalho existentes e mais criação de emprego de qualidade, pela valorização dos trabalhadores e respeito pelos seus direitos e, também, pela anulação de que têm como objectivo a privatização ou encerramento de serviços.

PELA DEFESA DAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

- Assegurar e reforçar o direito ao sistema público de **Segurança Social**, solidária e universal, lutar contra a sua privatização;
- Defender o **Serviço Nacional de Saúde** exigindo: melhor utilização dos recursos; eliminação de desperdícios; extinção das PPP's e o fim da promiscuidade público-privado;
- Por uma **Escola Pública** de qualidade e inclusiva, assente na promoção do sucesso escolar educativo dos alunos e no combate ao abandono escolar;
- Por uma política para a **Cultura** que assegure o acesso aos meios e instrumentos de criação e fruição culturais.

2- REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO. DINAMIZAR A ACÇÃO SINDICAL INTEGRADA

ACÇÃO SINDICAL INTEGRADA

Desenvolver a Acção Sindical Integrada com uma nova dinâmica para reforçar a capacidade de intervenção e a organização dos sindicatos para a obtenção de melhores resultados. **Adoptar estilos e métodos de trabalho que tenham como pressupostos:**

- **Identificar as Prioridades** para a intervenção – empresas ou serviços, locais de trabalho;
- **Conhecer a Realidade** para melhor intervir;
- **Definir os Objectivos** a atingir;
- **Planificar** o tipo de Intervenção;
- Identificar o/a (s) **Responsáveis pela execução**;
- **Acompanhar, Avaliar e Divulgar** os Resultados Obtidos.

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO SINDICAL A PARTIR DO LOCAL DE TRABALHO

Sendo o **Local de Trabalho** o centro da intervenção sindical é preciso “**estar lá**” de forma permanente e organizada, respondendo aos problemas e anseios dos trabalhadores, afirmando a força e importância do Sindicato.

São objectivos e prioridades da USL para o reforço da organização sindical durante o mandato 2015 / 2019:

- Sindicalizar mais 25 mil Trabalhadores;
- Eleger mais 1500 Delegados Sindicais;
- Eleger mais 300 Representantes para a SST;
- Realizar três reuniões por ano (Janeiro, Abril e Setembro) para avaliação, balanço e perspectivas de trabalho no Distrito.

NA FORMAÇÃO SINDICAL

- Complementar a Formação Sectorial e da CGTP-IN, promovendo iniciativas, na forma de acções de formação ou seminários que correspondam a solicitações dos sindicatos ou propostas da CGTP-IN.

NA REESTRUTURAÇÃO SINDICAL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Considerando a evolução verificada em toda a estrutura do Movimento Sindical Unitário no Distrito, a União deverá reflectir a evolução da reestruturação Sindical, administrativa e financeira no seu funcionamento e prioridades de intervenção, nomeadamente nos meios disponíveis para a acção sindical, nos serviços de apoios aos sindicatos, na descentralização e na concretização do Projecto “Casa Sindical de Lisboa”.